

Boas intenções sem surpresas

28 ABR 1993

CARRION JÚNIOR

JORNAL DE BRASÍLIA

O conjunto de novos propósitos apresentados pelo governo Itamar mostra uma razoável dose de bom senso, pelo menos ao evitar recriar climas de intranquilidade, que já eram a praxe dos "planos econômicos".

A sociedade brasileira vinha vivendo uma contradição de desejos: por um lado, temia qualquer aceno de novo plano, novos confiscos ou congelamentos desorganizadores da economia; por outro, frustrava-se com o dia-a-dia de uma recessão sem fim e de uma inflação elevada, e que recentemente já retomava novo ímpeto, rumando ao patamar dos 30%, situação esta que por si só impunha novas medidas de política econômica.

O elenco de metas, já não se trata propriamente de um plano, apresentados neste final de semana, aponta em duas direções lógicas: reativação da economia e freio à especulação financeira.

Apesar de todo o debate estar centrando-se nos novos propósitos anti-recessivos, através da definição de novas frentes de investimentos sociais e de infra-estrutura, prefiro iniciar por uma decisão que, se bem implementada, terá uma grande importância de médio prazo na

própria retomada do crescimento, como no combate à especulação, qual seja, a limitação à correção monetária nas aplicações de curtíssimo prazo.

Esta medida, que atinge profundamente a remuneração do Fundão, maior espaço da atual dança das aplicações financeiras, absorvendo praticamente 60% das mesmas, poderá se tornar um mecanismo decisivo de novo reordenamento econômico, ao induzir a redução dos juros médios do mercado, com a eliminação da alternativa de aplicações com posições diárias. Os aplicadores terão de optar por aplicações de médio prazo para alcançarem ganhos reais, ou até mesmo evitarem perdas, estabelecendo novos hábitos de mercado e levando paulatinamente a um maior interesse em investimentos de médio prazo, ou pelo menos facilitando estes investimentos por aqueles que estão dispostos a correr riscos. Na base do processo econômico se estará, ao mesmo tempo, combatendo a especulação e estimulando o investimento menos improdutivo, sem falar em um conjunto imenso de outras consequências como a própria redução do custo da rolagem das dívidas públicas. O sucesso no desdobramento do que ainda é uma deci-

são poderá se tornar a medida mais importante de todas até hoje anunciadas.

A definição de um conjunto de novas frentes de investimentos, que alcançaria um montante da ordem de quase US\$ 10 bilhões (10% da nossa dívida externa), e que geraria quase 1,5 milhão de novos empregos, em áreas como agricultura, habitação, rodovias e energia, além de um crédito geral mais acessível às empresas, sem dúvida dará um alento, se efetivado, a uma retomada do crescimento. No momento em que o IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada aponta uma certa reativação nas atividades, este conjunto de medidas poderá tornar efetivo um crescimento para este ano até pouco superior aos 2,5% sugeridos.

O País ainda continua a carecer de uma política econômica global, ou de um plano de governo. Não se sente também, seguro sobre os propósitos permanentes da atual administração, que tem mostrado ora gestos inconsequentes, ora de bom senso. Neste momento, cabe alinhar a expectativa de que a boa vontade seja bem sucedida.

■ Carrion Júnior é secretário de Administração e Planejamento do Rio Grande do Sul